

Nova diretoria do Sindicato é eleita com 91,35% dos votos



Fotos: Clodoaldo Volpato/Apufsc

Eleição ocorreu na quarta-feira (03). Dos 2.416 professores associados aptos a votar, 509 compareceram às urnas. A chapa “Serenidade e Firmeza”, encabeçada pelo professor Márcio Campos, recebeu 465 votos. A posse dos eleitos acontece no dia 16 de outubro.

Páginas 4-5

Projetos que regulamentam direito de greve dos servidores estão na pauta do Congresso Nacional

Página 6

Ministério do Trabalho vai aumentar exigência para liberação de registros sindicais

Página 7

OPINIÃO

Pseudo-Argumentação

Marcelo Carvalho*

O professor Rampinelli usa uma argumentação fragmentada e difícil de seguir ao traçar um perfil sombrio da Apufsc, que só ele consegue ver, dando a entender que há na universidade uma conspiração, classificada por ele ora de conservadora, ora de direita, ora de fascista. Por brevidade, me limitarei à análise do termo fascismo. No que se segue, escreverei “ciência” toda vez que o termo se referir a algo que esteja dissociado de um método experimental preciso e sem ambiguidades, por exemplo, os métodos utilizados na Física.

Certamente, o prof. Rampinelli não sabe o significado do termo fascismo, o que não é culpa dele, afinal, ninguém sabe. Ainda hoje, há uma discussão interminável e estéril tentando definir o que seria fascismo, basta ver os mais variados livros sobre o assunto (por exemplo, os de Robert Paxton, James Gregor, etc.), cada um analisando o fenômeno a sua maneira (há algo de científico nisso?). Assim, professor Rampinelli comete um erro de argumentação ao não explicar o sentido como emprega o termo à Apufsc, algo com que, na condição de historiador, deveria ter mais cuidado. Aliás, para quem é de fora, às vezes tem-se a impressão de que as “ciências” humanas tem a pretensão de discorrer sobre muitas coisas sem, contudo, se esforçar em definir seus conceitos de forma inteligível.

A fim de não incorrer no mesmo erro de argumentação e sem ter a pretensão de definir o que seja fascismo, me ocuparei unicamente em identificar uma linha comum àquilo que, possivelmente, o termo se refere e que me permita discriminar com segurança o que certamente não pode ser classificado como fascismo. O fato é que, se admitirmos como representante do fascismo o regime liderado por Mussolini na Itália e aceitarmos incluir o nazismo como uma espécie de fascismo, surge então uma inevitável conexão entre fascismo e socialismo quanto à gênese e princípios, afinal, Mussolini foi socialista, e o nazismo – deduz-se das palavras de Goebbels – tinha sua força motriz no socialismo (ver notícia publicada no *The New York Times* de 28 de Novembro de 1925 sob o título “HITLERITE RIOT IN BERLIN”, onde Goebbels afirmava que “Lenin era um grande líder, atrás apenas de Hitler, e que a diferença entre o comunismo e a doutrina de Hitler seria muito pequena”). Ou seja, fascismo poderia ser classificado como qualquer movimento surgido dentro do socialismo, compartilhando práticas comuns (por exemplo, o forte discurso redentorista dirigido aos trabalhadores, o terror estatal, etc.) e que, historicamente, se materializou (ou tem força para se

materializar) como força política opositora ao próprio socialismo. Assim, o fascismo não se origina da negação dos princípios socialistas, mas sim da afirmação diferenciada e difusa do mesmo corpo de princípios e ideias que compartilham dos socialistas, e que ainda não estão consolidadas (e em relação a qual os “cientistas” sociais ainda não chegaram a um consenso). Fascismo pode então ser pensado como uma variação do socialismo que ainda não tomou uma forma definida. As experiências fascistas passadas na Itália e Alemanha deixam clara a gênese socialista do fascismo, contudo, somente uma investigação mais aprofundada das razões que levaram Goebbels a reconhecer a estreita relação entre a doutrina nazista e o socialismo poderá auxiliar na compreensão exata do que seja o fascismo. A forma como entendo o fascismo explica então um ponto comum a todas as práticas fasci-socialistas que se manifestam no uso da violência e do terror estatal e no empreendimento de uma reengenharia-social voltada para a doutrinação do povo, algo elaborado eficazmente pelo facinoroso genocida Lenin que dizia: “dai-me uma educação cem por cento pública, e eu vos darei um socialismo irresistível”, e posto em

prática pelos tiranos stalinistas, maoistas, khmeristas, fidelistas, fascistas, nazistas etc.

Prof. Rampinelli, ao misturar fascismo, conservadorismo, etc., consegue a proeza de afirmar algo do tipo: “Todos os vícios que a “nova Apufsc” criticava da “velha Apufsc”, não apenas os reproduz, como vai, perigosamente, mais longe: busca liquidar com a auto-organização da categoria impondo a hetero-organização, outra das características do trabalhador fascista.” Pensando fascismo da forma como expus, não vejo como caracterizar qualquer prática da Apufsc como fascista, muito pelo contrário, admitindo o Andes como fiel porta-voz dos princípios socialistas dentro do movimento sindical (e sua adesão a Conlutas comprova isso) a ruptura da Apufsc com o Andes se deu exatamente pelo não compartilhamento dos mesmos

princípios ideológicos que norteiam a Andes. Logo, por este aspecto, não há como caracterizar a Apufsc de fascista. Por outro lado, a forma democrática com que a Apufsc conduz suas deliberações, através de uma consulta ampla e não excludente, se distingue das manobras e do autoritarismo que os fasci-socialistas utilizam para se manter no poder. Em relação à “hetero-organização” mencionada pelo prof. Rampinelli, vemos aqui o mesmo erro de argumentação, pois o sentido do termo pode significar múltiplas coisas. De concreto, é possível afirmar apenas que a uma

"Não vejo como caracterizar qualquer prática da Apufsc como fascista, muito pelo contrário, admitindo o Andes como fiel porta-voz dos princípios socialistas dentro do movimento sindical a ruptura da Apufsc com o Andes se deu exatamente pelo não compartilhamento dos mesmos princípios ideológicos que norteiam a Andes. Logo, por este aspecto, não há como caracterizar a Apufsc de fascista."

hetero-organização se opõe uma homo-organização.

Em sua essência, organizações de trabalhadores estratificadas segundo um ofício comum não podem ser tomadas como um legado do fascismo, mas sim como um fenômeno natural inerente à própria natureza do trabalho, que é diferenciado. No máximo, seria um mero fato ocasional que tenham (possivelmente) se verificado durante o fascismo italiano. De comum, tanto a hetero-organização quanto a homo-organização concebidas pelos fasci-socialistas visam inserir os trabalhadores a um Estado totalitário (mesmo tendo o fascismo italiano produzido a “Carta del Lavoro”, considerada um marco importante para o trabalho, tendo inspirado no Brasil as leis trabalhistas de Vargas). Compreende-se a oposição dos socialistas a hetero-organização por ela se opor à homo-organização, considerada pelos socialistas como único meio de criar nos trabalhadores um sentido de “classe” que, como já vimos, é estranho à própria natureza do trabalho, que tende a ser diferenciada. Assim, é inapropriado afirmar que a Apufsc impõe uma hetero-organização à categoria, como afirma o prof. Rampinelli, afinal, somos todos professores, a menos que o prof. Rampinelli se refira a uma

estratificação segundo “saberes” que incluiria “cientistas” sociais, cientistas, matemáticos, médicos etc., o que não faria o menor sentido, pois, mesmo dentro de saberes há sub-saberes que precisariam ser diferenciados. Em um caso limite, isso nos levaria a uma multiplicidade de organizações constituídas por poucos elementos, o que por sua vez negaria o próprio conceito de associação (contextualizando, para meus colegas das humanas entenderem, e esquecendo o que aprendemos em conjuntos: O que diferiria uma associação com um elemento do próprio elemento?).

Não sei o conteúdo do que é dito nas várias listas de discussões que existem na UFSC, pois já não participo delas, contudo, acredito que não haja uma indisposição específica de alguns em relação à “ciências” humanas como afirma o prof. Rampinelli. O que parece haver é uma desaprovação a um certo tipo de profissional que está presente em vários centros. Com efeito, há na universidade dois tipos de elementos. Um que exerce de forma dedicada a sua profissão e que tenta converter seu esforço em um conhecimento puro, teórico ou aplicado. Nesses, a busca do livre conhecimento e a sua divulgação é um ideal que os definem como docentes e que se cristaliza na formação acadêmica dos estudantes sob sua responsabilidade. Cumprido esse requerimento da formação dos estudantes devolve-se a sociedade o investimento que ela fez, sendo assim indiferente se o conhecimento é motivado por uma demanda da sociedade, ou da necessidade de corporações (parte integrante da sociedade onde muitos exercem seu trabalho de forma honesta e digna), ou por mero purismo. Há, contudo, elementos na universidade que abraçaram o ideal antiacademista-popularista assim se tornando militantes encarregados da construção do projeto ditatorial de marxização da sociedade. Esses

não medem esforços para subverter a própria essência da universidade, descaracterizando seu sentido universal expresso na livre produção do conhecimento, que é substituído pela propagação do marxismo, disfarçado nas suas mais variadas formas. A utilização da greve (e não a greve em si) como forma de oposição a governos que julgam ter traído os princípios socialistas é um ponto de unidade entre eles. Natural, pois, que, tendo abdicado do ideal do livre conhecimento, sejam avessos a quaisquer cobranças da sociedade sobre o que eles fazem dentro da tríade ensino, pesquisa e extensão. Para se proteger, criam clichês onde se sentem mais vulneráveis, por isso, reduzem a produção do conhecimento à categoria de “produtivismo mercadológico”. Em relação ao ensino, são pessoas com uma visão estreita de sua missão docente. Ávidos por uma greve, pouco se importam com os efeitos da paralização na formação dos estudantes, talvez porque consideram aquilo que ensinam algo superficial e sem importância podendo ser compensado com um “trabalhinho” de fim de curso, ou condensado em algumas poucas aulas. Ora, mas se for, fica então a pergunta se estes profissionais são realmente necessários, afinal, o estudante talvez obtivesse uma melhor formação sendo autodidata.

Faço aqui uma última observação. Prof. Rampinelli cita um tal de Terry Eagleton que acredita que “[...] tampouco haverá uma universidade no sentido pleno do termo quando as humanidades existem isoladamente das demais disciplinas.” Será mesmo? Para ser bem concreto, existe algo nas “ciências” humanas que fará uma pessoa entender melhor Relatividade, ou Topologia Algébrica? Se nada existe, então, a utilidade das “ciências” humanas para pessoas que desejam ser relativistas ou topologistas só seria justificada por uma possível necessidade de uma formação intelectual adicional. Aceitando tal necessidade, surgem outros problemas. Primeiro, não há nada nas “ciências” humanas que um cidadão comum e suficientemente motivado não consiga aprender sozinho, logo, tudo aquilo que é ensinado pelos departamentos de “ciências” humanas deixam de ser imprescindíveis pelo recurso do autodidatismo. Segundo, em muitas universidades as “ciências” humanas estão a serviço de uma ideologia dominante, assim, qualquer um que deseje desenvolver um pensamento não subordinado a essa ideologia não encontrará nada de útil na universidade. Terceiro, acredito que as pessoas só se tornam melhores pela adesão a valores universais centrados na caridade, e não pela formação intelectual obtida nas “ciências” humanas. Com efeito, basta ver que o Leninismo ensinado e admirado por muitos em nossas universidades forma a base teórica de um revolucionarismo violento, responsável por genocídios que já contabilizam mais de 100 milhões de seres humanos mundo afora. Só por esse exemplo, vemos que uma “ciência” humana desequilibrada e a serviço de uma ideologia é capaz de criar mecanismos opressivos historicamente jamais vistos.

"Há elementos na universidade que abraçaram o ideal antiacademista-popularista assim se tornando militantes encarregados da construção do projeto ditatorial de marxização da sociedade."

Diretoria que vai comandar a Apufsc nos próximos dois anos toma posse no dia 16 de outubro

A chapa “Serenidade e Firmeza”, única concorrente à direção do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), foi eleita, na quarta-feira (03), com 91,35 dos votos válidos. O processo eleitoral aconteceu nos câmpus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de Florianópolis, Araranguá, Curitiba e Joinville e no campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó.

Do total de 2.416 professores associados ao Sindicato aptos a votar, 509 compareceram às urnas. A nova diretoria eleita recebeu 465 votos. Foram computados, ainda, 22 votos nulos e 22 brancos.

O professor Márcio Campos será o novo presidente da Apufsc-Sindical para um mandato de dois anos. A posse ocorre no dia 16 de outubro, às 16h30, na sede do Sindicato, no Edifício Max & Flora.

Composição da nova Diretoria

PRESIDENTE: Márcio Campos

VICE-PRESIDENTE: Alexandre Verzani Nogueira

SECRETÁRIA GERAL: Bernadete Limongi

1ª SECRETÁRIA: Rose Elaine de Liz Waltrick

DIRETOR FINANCEIRO: Mauro Amaral Caldeira de Andrada

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO: Antônio de Miranda Wosny

DIRETORA DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA: Raquel Carolina Souza Ferraz D'Ely

DIRETOR DE PROMOÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E CIENTÍFICAS: Antônio Pedro Schindwein

DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA: Milton Divino Muniz

RESULTADO POR SEÇÃO ELEITORAL

SEÇÕES ELEITORAIS	TOTAL	CHAPA 1	BRANCO	NULO
Aposentados – sede campus	61	60	01	00
Aposentados – sede Max & Flora	38	36	02	00
CCB 1	30	26	02	02
CCB 2	14	14	00	00
CCE	26	20	06	00
CFM	43	37	01	05
CED/NDI	13	10	01	02
CFH	30	25	02	03
Colégio de Aplicação	14	12	02	00
CTC 1	50	46	01	03
CTC 2	21	21	00	00
CTC 3	07	07	00	00
CDS	14	11	00	03
CCS 1	07	07	00	00
CCS 2	61	59	01	01
CCA	08	08	00	00
CSE	37	33	02	02
CCJ	11	11	00	00
Campus Curitiba	08	07	01	00
Campus Joinville	09	08	00	01
Campus Araranguá	03	03	00	00
UFFS – campus Chapecó	04	00	00	00
Total	509	465	22	22



Clodoaldo Volpato/Apufsc

Professor Márcio Campos vai presidir o Sindicato nos próximos dois anos.

Compromissos assumidos pela nova diretoria

Entre as propostas e compromissos assumidos pela nova diretoria da Apufsc, está à valorização das atividades acadêmicas, sindicais e associativas.

Nacionalmente

a) Implementar o Movimento Docente Independente e Autônomo – MDIA

Trata-se de um movimento sindical aberto, independente nos aspectos ideológico e político-partidário, restringindo sua atuação aos interesses da categoria. Seu objetivo é buscar parcerias de outros Sindicatos ou Associações de Docentes com a finalidade de obter melhores condições de trabalho, de salário e da carreira dos professores das Instituições Federais de Ensino, tanto no Magistério Superior (MS) quanto no Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT).

b) Frente Parlamentar

Trata-se de uma Frente Parlamentar, na Câmara dos Deputados, que conta atualmente com a participação de mais ou menos 240 Deputados Federais. Seu objetivo é apresentar, na esfera do Parlamento Federal, medidas de interesse das Universidades Públicas Federais. Tais medidas dizem respeito, por exemplo, ao Plano Nacional da Educação, à extinção da

contribuição previdenciária dos aposentados e ao projeto de Lei 4368, que versa sobre as carreiras do magistério Superior e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2012 (o supra citado projeto encontra-se no site da Apufsc www.apufsc.org.br).

c) Recuperação Judicial da URP.

Localmente

a) Implementar a Pauta com a Reitoria: encaminhar ofício à Reitora solicitando a representação da Apufsc Sindical no Conselho Universitário (CUUn) e a continuação do Reuni, com os ajustes e reforços necessários ao êxito do projeto na UFSC, entre outros itens a serem futuramente encaminhados.

b) Fortalecer a representação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS) e nos campi da UFSC;

c) Acolher desde o início os professores que ingressam no magistério, com medidas práticas de inclusão, como esclarecimentos, orientações etc.

d) Reativar os Grupos de Trabalho (GTs) na Apufsc, principalmente de Política Sindical,

Carreira e Jurídico;

e) Fortalecer o Conselho de Representantes (CR).

f) Atuar intensivamente no atendimento jurídico, como por exemplo: oferecer orientação segura e esclarecedora sobre a aposentadoria; informar com clareza, eficiência, agilidade e objetividade sobre o andamento das ações em andamento ou em vias de proposição; atender com solicitude às consultas dos associados.

g) Estudar a viabilidade de convênios com prestadores de serviços que tragam benefícios concretos aos associados da Apufsc.

h) Estimular atividades sociais, culturais e científicas, a partir dos interesses e das manifestações da comunidade universitária.

i) Realizar estudo visando à criação de uma Cooperativa de Crédito emergencial, para fins de tratamento grave e de urgência na esfera da saúde.

j) Manter clareza e transparência nas Prestações de Contas do Sindicato.

k) Apoiar as iniciativas de defesa do HU, especialmente em sintonia com a associação Amigos do HU.

Regulamentação do direito de greve do funcionalismo na pauta do Congresso

Com a recente paralisação dos servidores federais, a regulamentação do direito de greve do funcionalismo entrou na pauta do Congresso Nacional. Pressionado pela opinião pública, o Senado decidiu mostrar vontade política em atacar um vácuo político existente desde a Constituição de 1988. A saída foi acolher, e dar prioridade, ao PLS 710/11 (Projeto de Lei do Senado) do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). No entanto, há uma outra proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita na casa há mais tempo e é menos restritiva aos direitos dos trabalhadores do que o projeto de Nunes.

Para o senador gaúcho “não há lógica” em priorizar o PLS 710/11, que não passou em mais de uma comissão do Senado, enquanto a sua proposta tramita há mais tempo na casa. Além do mais “não há como ter um projeto que proíba o direito de greve, mas sim um que realmente garanta o exercício deste direito político”, afirma. Paim é autor do projeto mais antigo do Congresso voltado para regulamentação do direito de greve do funcionalismo. Apresentado em 1991, quando ele ainda era deputado federal, jamais foi votado pela Câmara. Em 2007, quando já era senador, propôs o PLS 84/2007. O projeto de Aloysio Nunes é de 2011.

Para o advogado trabalhista e membro da Comissão de Direitos Humanos do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Thiago Barison, há diferenças cruciais entre as duas propostas. Segundo o especialista, o PLS de Paim está de acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a qual estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos pois “materializaria o espírito e objetivos democráticos” da Convenção 151. “[O projeto de Paim] propõe que o Congresso sancione apenas um tipo de atividade como “essencial” e por isso regulamentada quanto à greve: a atividade ligada à saúde pública. Em todas as outras, o servidor público é tratado como trabalhador, ou seja, com direito de greve”, afirma Barison.

Já a proposta apresentada pelo senador Nunes prevê, entre outros pontos, a suspensão do pagamento da remuneração dos dias não trabalhados, além de proibir a contagem dos dias trabalhados como tempo de serviço. Também define quais

atividades do serviço público seriam essenciais e, por isso, proibidas de entrar em greve. Entre as áreas incluídas por Nunes estão, por exemplo, segurança pública, defesa civil, saúde, necropsia, produção de gás e combustíveis, telecomunicações, serviços judiciais e diplomáticos.

Para Barison, a proposta apresentada pelo senador tucano “viola a lógica democrática do direito de greve inscrito no art. 9º da Constituição de 1988. Este dispositivo diz que pertence aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade e os sobre os interesses a serem defendidos na greve. Ignorando isto, Aloysio Nunes propõe em seu projeto de lei que a greve somente seria “lícita” depois de esgotadas tentativas de composição direta ou por métodos como a arbitragem, a mediação”. Segundo Barison, o direito de greve é uma liberdade civil e política e o projeto de Nunes ajudaria a restringir estas garantias.

“Ainda, em outro dispositivo, limita ao Estado pagar os dias parados em apenas 30%. Trata-se de uma restrição à livre negociação coletiva. Na economia privada, os trabalhadores podem pôr na pauta de reivindicações para o término da greve o pagamento dos dias parados (e, regra geral, obtém sucesso). Mas na injusta discriminação proposta pelo Senador Aloysio Nunes, os trabalhadores do Estado não têm essa possibilidade”, conclui Barison.

Segundo o jurista, a necessidade de votar com urgência a regulamentação do direito de greve do funcionalismo público tem relação direta com “interesses econômicos ligados a uma concepção de Estado “mínimo” no tocante aos direitos sociais e serviços públicos.” Ele ainda afirma “que isto tem por objetivo robustecer o Estado em outras áreas, como a acumulação financeira e as subvenções a setores da economia. Não bastaria apenas privatizar e reduzir serviços públicos. Também, para estes interesses, impõe-se quebrar a qualidade através da depreciação remuneratória do capital humano que faz o serviço público acontecer”.

Na opinião de Barison, dificilmente o Senado aprovaria hoje o projeto apresentado pelo senador Paim em 2007. “Isto demandaria pressão popular, mobilização dos trabalhado-

res e de todos aqueles que defendem uma sociedade mais democrática também no plano das relações de trabalho. Para esses setores, parece-me que o momento é de tomar consciência, organizar-se, difundir essa concepção e ir retomando as mobilizações. Inicialmente para defender-se de projetos como o de Aloysio Nunes”, afirma.

O Governo Federal já anunciou que também deve apresentar uma proposta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos. Não é a primeira vez que o governo tenta regulamentar o direito de greve do funcionalismo público. Em 2009, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou uma proposta de regulamentação, porém o debate não foi a frente naquele ano.

Com a entrada do governo no debate, organizando uma terceira proposta sobre a matéria, a discussão deve se estender ao longo do semestre com audiências públicas entre entidades sindicais do funcionalismo público, poder legislativo e executivo.

(Fonte: Site Última Instância)



montagem sobre ilustração de Svilen Milev

Criação de sindicatos terá regras mais duras

Para dificultar a abertura desenfreada de sindicatos no Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego vai aumentar as exigências impostas para a liberação dos registros sindicais. Está sendo analisada a possibilidade de se exigir uma cota mínima de trabalhadores em assembleia para aprovar a criação de uma entidade sindical, assim como certificação digital de um representante legal e provas documentais de que os fundadores realmente fazem parte da categoria que pleiteia uma nova representação.

Essas exigências devem constar em nova norma em substituição à polêmica Portaria 186, de 2008, cuja legalidade está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal (STF). O texto deve ficar pronto ainda este mês. O objetivo do governo é impedir a pulverização de sindicatos no país, o que leva a uma diminuição do poder de negociação. Nos últimos cinco anos foram criados 1.378 sindicatos.

Atualmente, existem 14.464 entidades sindicais, sendo 9.957 de trabalhadores e 4.737 de empregadores. O restante são federações e confederações.

A Portaria 186, no entanto, estimulou esse movimento ao abrir a possibilidade de existência de várias

entidades sindicais representando uma mesma categoria, numa mesma cidade. A legislação brasileira veda a criação de mais de uma organização sindical de um setor em um mesmo território. A nova portaria deve corrigir esse problema. Sua efetividade, no entanto, depende ainda de atualização da tabela de categorias.

Em entrevista ao Valor, o secretário de Relações de Trabalho do ministério, Messias Melo, explicou que, no atual cenário econômico do país, a criação de tantos sindicatos é preocupante, pois enfraquece as negociações trabalhistas e aumenta as diferenças regionais no mercado de trabalho. O movimento em países desenvolvidos é totalmente inverso. Além disso, segundo Melo, o governo quer impedir a criação de entidades fantasmas.

Para evitar acusações de que o governo está intervindo nos sindicatos, paralelamente, Messias busca a constituição, em conjunto com o Conselho Nacional de

Relações de Trabalho, de um "manual de boa conduta" para estimular a autorregulação. "É correto fazer uma assembleia de criação de entidade sindical na noite de réveillon? Eu, ministério, não posso dizer a hora, o local e as condições, mas podemos, junto com as entidades, acumular alguns conceitos do que seriam boas práticas", questionou o secretário. "Nessa parte, que eu não posso intervir, queremos criar alguns consensos", acrescentou.

O ministério quer também elaborar uma nova tabela de categorias profissionais para limitar os desmembramentos ou a criação de sindicatos essencialmente da mesma categoria.

Os representantes dos trabalhadores e empregadores defendem alteração na Portaria 186, mas ainda há divergências. Segundo o presidente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do

Brasil (CTB), Wagner Gomes, a portaria incentiva a criação de entidades fantasmas e isso precisa ser alterado. Ele defende ainda a elaboração de uma tabela de categorias. Recentemente, foi criado no Rio de Janeiro o sindicato do soldador, sendo que essa categoria, na

avaliação de Gomes, já é representada pela representação dos metalúrgicos. Mas como não há uma especificação clara na tabela, o registro do novo sindicato foi liberado.

Para o gerente de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Casali, a sindicalização funciona por setor, ou seja, vários sindicatos formam uma federação estadual e juntas uma confederação. "A Portaria 186 possibilitou, de forma inconstitucional, que qualquer grupo de sindicatos de uma mesma categoria poderia se juntar e formar uma federação."

Casali também ressaltou a discussão sobre tabela de categorias. Segundo ele, a partir de 2005, o ministério começou a adotar uma lista interna e "criou uma confusão muito grande no registro sindical". "A tabela original tem uma base legal. A partir do momento em que o ministério criou uma tabela interna, isso começou a gerar muitos problemas. Um dos desafios é tentar organizar o sistema."

(fonte: Valor Econômico)

ANFIP defende conciliação em processos de valores devidos aos servidores

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), Álvaro Sólton de França, discutiu na quarta-feira (3), em Brasília, com o procurador-geral Federal, Marcelo Siqueira, formas de incentivar a conciliação em processos judiciais de valores devidos aos servidores públicos. Também participou do encontro o subprocurador-Geral Federal, Antonio Roberto Basso.

Álvaro Sólton lembrou que, litigiosamente, a resolução sempre é muito demorada, o que prejudica as pessoas com valores a receber. Citou como exemplo o caso da GDAT, que, depois de anos, teve a parte incontroversa paga graças ao processo movido pela Anfip. A demora foi tamanha que mais de dois mil associados faleceram durante o processo, deixando os valores para os herdeiros.

"E há a questão do crescimento dos valores. Chegará a um momento em que ficará ingovernável, porque tem os juros, será muito negativo para o Estado. A solução negociada é a melhor para todas as partes. A situação litigiosa que vivemos hoje é ruim, porque onera o Estado e gera transtorno para quem aguarda a conclusão do processo", constatou o presidente.

O procurador Marcelo Siqueira demonstrou interesse em analisar a possibilidade de fazer acordos em causas promovidas pela Anfip. Ele solicitou que a Entidade levante todas as ações passíveis de debate para conciliação.

(Fonte: Anfip)

Apufsc-Sindical

CONVIDA:

Comemoração do Dia do Professor

JANTAR DANÇANTE | OPEN BAR

11 de outubro

21h

Restaurante Panorâmico
do LIC

Banda Fórum

R\$ 25
por pessoa

DIA DE LAZER

12 de outubro

8h às 18h

Bloco de Apoio do LIC

Grupo Itamaraká (samba de raiz)

Gratuito



Convites disponíveis nas sedes da Apufsc-Sindical
Informações: (48) 3234-3187 ou (48) 3234-5216

Apufsc-Sindical boletim

Publicação quinzenal do Sindicato dos
Professores das Universidades Federais
de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus
Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
Fone/fax (048) 3234-5216 - 3234-3187
Home page www.apufsc.org.br
E-mail imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente
Rogério Portanova

Secretário Geral
Milton Muniz

1ª Secretária
**Sandra Regina Paulon
Avancini**

Diretor Financeiro
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e
Imprensa
Paulo Cesar Philippi

Dir. de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de
Aposentadoria
Marcio Campos

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica
Cristiane Cardoso (MTe/SC-634 JP)

Revisão e textos
Bianca Enomura

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 3.500 exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de
responsabilidade dos autores